



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	15956.720128/2017-28
ACÓRDÃO	2201-012.507 – 2ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	12 de dezembro de 2025
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	USINA BELA VISTA S/A
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/06/2014 a 31/12/2014

CONTRIBUIÇÃO AO SENAR. COMERCIALIZAÇÃO DESTINADA AO EXTERIOR.
IMUNIDADE. INAPLICABILIDADE.

A imunidade prevista no §2º do art. 149 da Constituição Federal apenas abrange as contribuições sociais e as destinadas à intervenção no domínio econômico, não se estendendo, no entanto, ao SENAR, por se tratar de contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. SÚMULA CARF N.º 2.

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária.

NÃO APRESENTAÇÃO DE NOVAS RAZÕES DE DEFESA PERANTE A SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

Não tendo sido apresentadas novas razões de defesa perante a segunda instância administrativa, a fundamentação da decisão pode ser atendida mediante declaração de concordância com os fundamentos da decisão recorrida, nos termos do artigo 114, §12, I da Portaria MF n.º 1.634/2023.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares e, no mérito, em negar provimento ao recurso voluntário.

Assinado Digitalmente

Thiago Álvares Feital – Relator

Assinado Digitalmente

Marco Aurelio de Oliveira Barbosa – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Weber Allak da Silva, Fernando Gomes Favacho (substituto integral), Cleber Ferreira Nunes Leite, Luana Esteves Freitas, Thiago Álvares Feital e Marco Aurélio de Oliveira Barbosa (Presidente).

RELATÓRIO

Por bem retratar os fatos ocorridos desde a constituição do crédito tributário por meio do lançamento até sua impugnação, adoto e reproduzo o relatório da decisão ora recorrida (fls. 192-195):

Trata-se de processo lavrado em 30/05/2017, e levado à ciência do sujeito passivo pela via postal em 08/06/2017 (AR fl. 19), composto pelo Auto-de-infração (AI) referente à contribuição ao SENAR devida pela agroindústria, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, no valor de R\$ 491.007,32 (quatrocentos e noventa e um mil, sete reais e trinta e dois centavos), incluindo o valor principal, juros de mora e multa de ofício.

Conforme o Relatório Fiscal: “Constituem fatos geradores das contribuições lançadas, a receita bruta proveniente da comercialização da produção própria e adquirida de terceiros, industrializadas ou não, referentes às vendas para o Mercado Externo através de empresas Comerciais Exportadoras e Tradings.” Esclarece que o artigo 149, § 2º, I da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional 33/2001) estabeleceu hipótese de imunidade que não alcança a contribuição ao SENAR, por se tratar de contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, conforme expressamente dispõe o § 3º do artigo 170 da Instrução Normativa RFB 971/2009.

Foram examinados durante o procedimento fiscal os seguintes elementos:

contabilidade, notas fiscais, GFIP, GPS e planilhas (notas fiscais e contábeis) apresentadas pela empresa e referentes à comercialização da produção.

Impugnação:

A autuada apresentou impugnação na qual formula os seguintes argumentos:

A contribuição ao SENAR não representa contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, vez que se presta ao custeio de atividades que revertem em benefício da população em geral.

Não há como desvincular a contribuição ao SENAR da decisão judicial proferida nos autos do processo 2015.03.00.023008-0 que decretou a suspensão das contribuições sobre a produção rural previstas no artigo 22-A da Lei 10.256/2001 quando verificada a exportação por meio de tradings (empresas comerciais exportadoras). Assim, deve ser suspensa qualquer cobrança até o julgamento definitivo da demanda judicial.

Argui a constitucionalidade e a ilegalidade dos dispositivos contidos na Instrução Normativa SRP 03/2005 e Instrução Normativa RFB 971/2009 que contemplam a tributação das operações realizadas com o mercado exterior por intermédio de tradings.

A fiscalização aplicou multa de mora e multa de ofício, sem considerar a decisão judicial favorável à empresa, que a desobriga de qualquer recolhimento, infringindo assim, o disposto no artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Por tal razão, requer a exclusão das multas aplicadas.

Ao final, requer o acolhimento de suas razões e a intimação da data do julgamento, como corolário dos princípios da ampla defesa e do contraditório, para apresentação de memorial da defesa.

Saneamento:

Conforme fl. 161, a autuada foi intimada a regularizar a impugnação apresentada, vez que esta peça não se encontrava devidamente assinada.

A autuada sanou a irregularidade apontada apresentando nova impugnação, devidamente assinada.

A DRJ deliberou (fls. 192-195) pela improcedência da Impugnação, mantendo o crédito tributário, em decisão assim ementada:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/06/2014 a 31/12/2014

IMUNIDADE. EXPORTAÇÃO. SENAR. NÃO ABRANGÊNCIA.

Por se tratar de contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, a contribuição ao SENAR não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, § 2º, I da Constituição Federal.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

O contribuinte, intimado da decisão de primeira instância em 23/10/2017 (fls. 200), apresentou recurso voluntário (fls. 203-229), em 17/11/2017, reiterando os argumentos da impugnação.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro **Thiago Álvares Feital**, Relator

Conheço do recurso, pois presentes os pressupostos de admissibilidade.

Como relatado, a autuação, versa sobre a exigência de contribuição ao SENAR sobre exportações de produção rural realizadas por intermédio de tradings.

Preliminarmente, argumenta a recorrente, em síntese, que a cobrança não é devida, uma vez que não seria possível desvincular a contribuição ao SENAR da decisão judicial proferida nos autos do processo 2015.03.00.023008-0 que decretou a suspensão das contribuições sobre a produção rural previstas no artigo 22-A da Lei 10.256/2001 quando verificada a exportação por meio de tradings (empresas comerciais exportadoras). Assim, deve ser suspensa qualquer cobrança até o julgamento definitivo da demanda judicial.

A decisão recorrida assim se manifestou sobre a matéria:

A autuada menciona a existência de ação judicial na qual foi suspensa a exigibilidade das contribuições sobre a produção rural previstas no artigo 22-A da Lei 10.256/2001 quando a exportação se der por meio de tradings.

No entanto, não lhe assiste razão quando alega que o presente lançamento não pode ser desvinculado da decisão proferida em tal ação judicial, vez que referida ação se limita às contribuições previdenciárias, enquanto o presente processo administrativo é composto pelo lançamento da contribuição destinada ao SENAR, não se tratando, portanto, das mesmas contribuições.

Estando de acordo com as razões acima, não identifico motivos suficientes para afastar a decisão recorrida a este respeito.

Em relação ao mérito, tendo em vista que a Recorrente aduz em recurso os mesmos argumentos apresentados na Impugnação, adoto os fundamentos do voto condutor do Acórdão de Impugnação recorrido, nos termos do artigo 114, §12, I da Portaria MF nº 1.634/2023, para manter a decisão de primeira instância:

[...] não há que se falar no afastamento dos acréscimos legais (juros de mora e multa de ofício) em virtude de suposta decisão judicial favorável ao sujeito passivo e, ainda que houvesse decisão favorável ao sujeito passivo aplicável à contribuição devida ao SENAR, cabe esclarecer que, com relação aos juros de mora (e não multa de mora, conforme alegado pela autuada), os mesmos só deixam de ser devidos quando efetivado o depósito do montante integral, segundo entendimento consolidado na Súmula CARF 05.

São devidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago nº vencimento, ainda que suspensa sua exigibilidade, salvo quando existir depósito no montante integral.

A autuada também argui a inconstitucionalidade e a ilegalidade das normas que dispõem no sentido de que as exportações realizadas por intermédio de tradings não são alcançadas pela imunidade prevista no artigo 149, § 2º, I da Constituição Federal (Instrução Normativa SRP 03/2005 e Instrução Normativa RFB 971/2009).

Contudo, embora exista norma expressa esclarecendo que as contribuições previdenciárias sobre as exportações realizadas dessa maneira não são alcançadas por tal imunidade (artigo 170, § 1º da Instrução Normativa RFB 971/2009), há que se considerar que a presente autuação não leva em conta o fato de que as exportações foram realizadas por intermédio de tradings companies, mas sim de que a contribuição ao SENAR não é objeto da referida imunidade, conforme dispõe o § 3º do artigo 170 da Instrução Normativa RFB 971/2009:

Art. 170. Não incidem as contribuições sociais de que trata este Capítulo sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos, cuja comercialização ocorra a partir de 12 de dezembro de 2001, por força do disposto no inciso I do § 2º do art. 149 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001.

(...) § 3º O disposto no caput não se aplica à contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), por se tratar de contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

Assim, independentemente da maneira como se deram as exportações realizadas pela autuada (com a intermediação de tradings ou não), fato é que, por se tratar de contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, a contribuição ao SENAR não é alcançada pela pretendida imunidade.

Por fim, quanto ao argumento de que a contribuição ao SENAR não representa contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas, tal alegação afronta o texto normativo anteriormente transcrito. O § 3º do artigo 170 da IN RFB 971/2009 representa norma vigente, não cabendo à Administração Pública deixar de aplicá-la. Toda atividade administrativa passa-se na esfera infra-legal e as normas jurídicas, quando emanadas do órgão legislador competente, gozam de presunção de constitucionalidade e legalidade, bastando sua mera existência para inferir a sua validade.

É oportuno registrar que a atribuição dos julgadores da esfera administrativa está limitada a afastar a aplicação apenas de leis e atos normativos excluídos do ordenamento jurídico, nos termos dispostos na Portaria RFB 10.875, de 16 de agosto de 2007(publicada no DOU 24/08/2007) em seu artigo 18 e no Decreto 70.235/72, artigo 26-A, introduzido pela Medida Provisória 449/2008.

Em relação aos argumentos acerca da inconstitucionalidade da cobrança, deve-se aplicar a Súmula CARF nº 2, que veda a sua apreciação por este órgão:

Súmula CARF nº 2

Aprovada pelo Pleno em 2006

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária.

Conclusão

Por todo o exposto, rejeito a preliminar e, no mérito, nego provimento ao recurso.

Assinado Digitalmente

Thiago Álvares Feital